

Quando o trabalho é desordem: As demandas dos vendedores ambulantes com a chegada da UPP ao Complexo do Alemão

Wania Amélia Belchior Mesquita

Professora da Unenf

Este artigo trata de identificar e analisar as práticas de vendedores ambulantes do Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, a partir da implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (a inauguração da primeira UPP naquelas favelas ocorreu em abril de 2012). Com base em experiência etnográfica, privilegiam-se algumas práticas de uso e regulação do espaço em uma das estações do teleférico daquelas favelas. No decorrer das análises, é concedida especial atenção às lutas dos ambulantes – que, de modo de geral, não conseguem se enquadrar no perfil do “favelado empreendedor” – pelo reconhecimento e pela permanência de suas atividades.

Palavras-chave: ambulantes, favela, polícia, UPP, cidadania

The article **When Work is Disorder: The Demands of Street Vendors with the Arrival of the UPP in the Complexo do Alemão** identifies and investigates the practices of street vendors in the Complexo do Alemão, in the northern zone of Rio de Janeiro, following the implementation of the Pacification Police Unit (the first UPP was established in those favelas in April 2012). Based on ethnographic experience, some practices for using and regulating the space in one of the local cable car stations are prioritized. In the course of the analyses, special attention is given to the street vendors' struggles – who, as a rule, fail to be classed as “favela entrepreneurs” – for recognition and permanence of their activities.

Keywords: street vendors, favela, police, UPP, citizenship

Introdução

Recebido em: 01/04/2014

Aprovado em: 18/06/2014

A pesquisa aqui descrita, baseada em experiência etnográfica, privilegiou a observação de eventos singulares envolvendo as práticas de vendedores ambulantes em uma das estações do teleférico do Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, a partir da chegada da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). No artigo é dada especial atenção às situações cotidianas de copresença e coexistência (GOFFMAN, 1967, 1978, 2010) relacionadas ao uso e regulação do espaço. O trabalho de campo foi iniciado em julho de 2011, oito meses depois da chegada da Força de Pacificação – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), Polícia Civil e Forças Armadas – ao conjunto de favelas. A inauguração da primeira UPP no local teve lugar em abril de 2012. No decorrer desse período, estabeleci contatos diretos com moradores e entrevistei 15 vendedores ambulantes e 20

usuários do lugar. Posteriormente, dois membros da Associação de Moradores da localidade foram entrevistados e, na fase final da pesquisa, um agente da polícia concedeu entrevista na sede da UPP Fazendinha. Algumas informações foram obtidas por meio de conversas informais decorrentes das inúmeras vezes em que encontrei com moradores na estação do teleférico e em eventos. Mediante as mudanças sociais e econômicas da favela¹, propagadas nas intervenções governamentais, esses moradores criaram expectativas de inserção produtiva e de melhoria de vida. Como trabalhadores da favela que, ao longo da vida produtiva, vêm atuando como ambulantes, esses vendedores sofreram restrição em relação ao uso do espaço no entorno da estação do teleférico, sendo impedidos de exercer sua principal atividade de sobrevivência. Mesmo no espaço em que residem, eles passaram a ser estigmatizados por não apresentarem as habilidades e competências valorizadas pelas agências governamentais e não governamentais. De modo geral, esses comerciantes não conseguem se enquadrar no perfil do “favelado empreendedor” que se tornou o foco de algumas ações de órgãos governamentais, ONGs e empresas privadas desde a chegada da UPP. A falta de “lugar” para eles, mesmo no interior da favela, torna-os destoantes da ordem que se pretende implantar nesse lugar.

Esse “não lugar” também é marcado pela “precariedade” da disposição legislativa municipal nº 1.876, de 29 de junho de 1992, que dispõe sobre o comércio ambulante no município do Rio de Janeiro e, no caso dos moradores de favela (BORGES, 2014), amplia a história desses espaços em termos das ações governamentais e da situação jurídica de garantia de acesso ao solo urbano² (VALLADARES, 2000). Conforme análise de Borges (2014, p. 8), nessa lei municipal prevalece “o descompasso entre a legislação e o reflexo nas práticas que pretende regular”. Segundo o autor, ela selecionou pessoas que entende “não possuir condições” de exercer a atividade comercial ordinária, seja por um período menor ou por um período maior”. Ademais, a “inclusão excludente” acaba impondo ao exercício do comércio ambulante um caráter precário e de assistência a pessoas desprovidas de alguma coisa (idem, p. 16).

1 Neste texto, salvo quando necessário, refiro-me ao complexo como “a favela”, no singular, seja quando me referir ao Morro do Alemão especificamente seja quando a referência for a outra comunidade do mesmo conjunto, seja ao tratar do próprio conjunto.

2 Entre 1960 e 1970, os favelados eram percebidos como resultado de um processo marcado pela marginalidade social, o que serviu como justificativa ideológica para ações antifavela. Nesse contexto, emerge a política de remoção (realizadas pelo governo estadual com financiamento federal), e a partir de críticas locais, nacionais e internacionais às soluções tradicionais para a questão da favela, entendida como um problema, estabelece-se uma política de intervenção pública, visando à sua urbanização (VALLADARES, 2005). Em 1960, Carlos Lacerda, eleito primeiro governador da Guanabara, estabeleceu o decreto nº 1.668, de 1963, que “visava controlar e taxar as atividades comerciais no interior das favelas, recusando-se, no entanto, a legalizá-las (...). O artigo 1º do dito decreto estabeleceu a solução jurídica para o problema, afirmando que a licença de comércio outorgada aos comerciantes é ‘a título precário, pois trata-se de favelas’. Além disso, proibiu a venda de álcool, atingindo diretamente o principal produto destes estabelecimentos” (SOARES, 2014).

O Complexo do Alemão é formado por 15 favelas: Itararé, Joaquim de Queiróz, Mourão Filho, Nova Brasília, Morro das Palmeiras, Parque Alvorada, Relicário, Rua 1 pela Ademas, Vila Matinha, Morro do Piancó, Morro do Adeus, Morro da Baiana, Estrada do Itararé, Morro do Alemão e Armando Sodré. A origem do complexo remonta à década de 1920, no período do pós-guerra, quando um imigrante de origem polonesa chamado Leonard Kaczmarkiewicz chegou ao Rio de Janeiro e adquiriu terras na Serra da Misericórdia, correspondente à região rural da Zona da Leopoldina. Em decorrência de suas características físicas – branco e alto –, assim como do seu sotaque estrangeiro, os moradores do local passaram a se referir ao proprietário da fazenda como o “alemão”. Posteriormente, uma das favelas passou a ser denominada como Morro do Alemão (AGÊNCIA 21/ INSTITUTO DIALOG, 2010). No início da década de 1990, o então prefeito do município do Rio de Janeiro delimitou a 29ª Região Administrativa, do Alemão, apoiado pelo decreto nº 6.011, de 4 de agosto de 1986.

O teleférico, a chegada da UPP e a mudança no panorama da favela

A inauguração da estação do teleférico teve lugar em julho de 2011. A estrutura do equipamento, em suas diversas estações, se coloca na paisagem do Complexo do Alemão de forma pujante, mas a precariedade dos serviços públicos e da infraestrutura em várias localidades ainda se faz presente, mesmo após a intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo os entrevistados, além da remoção de moradores para os conjuntos habitacionais em outras localidades da favela, observam-se déficit habitacional e problemas de abastecimento de água, de saneamento e nos serviços de correios ainda não solucionados. Ademais, muitas das casas desapropriadas mas não demolidas passaram a ser ocupadas por outros moradores da favela.

Palmeiras é a estação terminal do teleférico e possibilita uma visão panorâmica do Complexo do Alemão. Segundo seu planejamento, além de cumprir sua função como sistema de transporte, ele também destina espaços para “equi-

3 Inaugurada em outubro de 2012, a biblioteca conta com 1.200 livros, revistas e gibis doados pela Academia Brasileira de Letras (ABL) e funciona de terça-feira a sábado, das 10h às 19h. Os frequentadores têm acesso a oito computadores. O Complexo do Alemão é a 11ª favela a participar do projeto Indústria do Conhecimento, uma iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) em parceria com a ABL e que integra as ações de educação do programa Sesi Cidadania.

4 Na estação Palmeiras há um quiosque de venda de sorvetes da Kibon e um caixa eletrônico do banco Bradesco. De acordo com a identificação da SuperVia, as demais estações são assim caracterizadas: Bonsucesso/Tim: a estação intermodal é integrada com o meio de transporte ferroviário e possui um posto do RioCard para cadastramento dos moradores do Complexo do Alemão usuários do teleférico; Adeus: localizada no morro do Adeus, onde antes só havia acesso por intermédio de escadarias, conta com uma agência do Banco do Brasil e caixas eletrônicos da Caixa Econômica Federal e do Bradesco; Baiana: abriga um posto de orientação urbanística e social da prefeitura e um caixa eletrônico da Caixa; Alemão/Kibon: nela estão situados o Centro de Referência da Juventude (CRJ), um posto de atendimento do Ministério da Previdência Social e uma agência dos Correios; e Itararé/Natura: há um posto do programa Educamaís, do Sesi, e faz a integração com um conjunto habitacional.

pamentos de inserção social”, como serviços e lazer. Nela, há espaço destinado à formação de um centro cultural ainda sem uso, um auditório e uma biblioteca, inaugurada em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi)³. Com a inauguração do dispositivo, alguns moradores conceberam a possibilidade de iniciar a venda de alimentos e bebidas para seus usuários, moradores do complexo, da vizinhança, de outras localidades da cidade e do país e também os estrangeiros em visita à favela. Várias empresas externas ao conjunto de favelas passaram a atuar em serviços e *merchandising* nas estações do teleférico⁴. Na área externa daquela estação, há escorrega e balanço para crianças e bancos de cimento e mesas para os usuários. Na área contígua, uma quadra esportiva gradeada e sem telhado é usada por crianças e jovens. Desde o segundo semestre de 2012, funciona uma escolinha de futebol sob a responsabilidade de um morador da vizinhança com apoio da UPP.

Para uma melhor contextualização das práticas dos ambulantes após a chegada da UPP no Alemão, cabe a referência a alguns fatos noticiados em diversos veículos de comunicação. Em novembro de 2010 o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e o de Choque (BPChq) realizaram uma operação de ocupação do Complexo do Alemão. Esse fato reflete a expressão que adquiriu a ideia de retomada do controle territorial, central na concepção das UPPs. Já havia 12 dessas unidades na cidade do Rio de Janeiro quando começaram a se suceder alguns episódios violentos, caracterizados por assaltos a veículos e a queima dos mesmos em diversos pontos da cidade (majoritariamente na Zona Norte). Esses atos, noticiados pelo jornal *O Globo*, em 26 de novembro de 2010, como o “Dia D da guerra ao tráfico”, foram associados a ações comandadas por facções criminosas em represália à instalação das UPPs na cidade. Nesse contexto, teve lugar uma operação especial da PMERJ com o apoio da Marinha do Brasil. De acordo com as informações da mídia, a operação consi-

derava que a região era um dos pontos fortes do tráfico na cidade e refúgio de traficantes de favelas vizinhas, nas quais foram instaladas UPPs⁵. No final de novembro de 2010, houve uma ação conjunta entre a PMERJ, a Polícia Federal, a Polícia Civil e as Forças Armadas, que novamente agiram em relação ao controle do território. A previsão era de que o Exército permanecesse por mais um ano e meio na região, até que fosse instalada uma UPP, em 2012. Em abril daquele ano ocorreu a implantação de uma das primeiras sedes da UPP, na Fazendinha⁶. Posteriormente, outras três unidades foram implementadas: Nova Brasília, Alemão e Adeus/Baiana. De acordo com um entrevistado, membro da UPP, o “setor de policiamento” é composto por policiais que fazem a “guarda do teleférico” e outros que atuam à paisana e na “base” da sede da UPP. Cerca de 200 policiais têm atuação diária. Destes, 12 são mulheres, metade do contingente é recém-formada e cerca de 80% passaram a atuar no Complexo do Alemão após a implantação da UPP.

Em julho de 2012, é construída, no entorno da estação do teleférico das Palmeiras, uma das sedes da UPP, funcionando em um contêiner, abrangendo as favelas Palmeirinha, Vila Matinha, Casinhas, Parque Alvorada, Relicário e Morro das Palmeiras.

Os vendedores ambulantes e a negação de suas práticas na estação do teleférico

Os vendedores (oito mulheres e sete homens) moram no entorno da estação Palmeiras. Cinco são migrantes nordestinos e chegaram há cerca de dez anos ao Complexo do Alemão, alguns por falta de oportunidades de emprego e renda onde viviam, devido a situações imprevistas, como perda de empregos, morte do provedor da família e doença de familiares. Esses moradores estão na faixa etária de 20 a 40 anos e têm filhos (na maioria, crianças e adolescentes). Muitos vivenciaram situações de trabalhos irregulares ou desemprego. As dificuldades de inserção profissional parecem uma quimera, pois eles não possuem nenhuma qualificação profissional e apresentam baixa escolaridade (quase a totalidade não concluiu o ensino fundamental). Se até a construção do teleférico

5 A operação foi televisivada por diversas emissoras, que sugeriam que toda a cidade estava vivenciando um clima de tensão. O episódio foi apelidado de “Tropa de Elite 3”, em referência aos filmes *Tropa de Elite* e *Tropa de Elite 2*. Uma cena marcante, documentada por uma emissora que filmava a ação, foi a de um bando de aproximadamente 200 traficantes armados fugindo da Vila Cruzeiro em direção ao Complexo do Alemão por uma estrada de terra ligando as duas favelas. Essa cena permaneceu nos noticiários televisivo e impresso e foi repetidamente veiculada, inclusive pelos principais jornais internacionais (CECCHETTO, CORRÊA, FARIAS e MESQUITA, 2012).

6 De acordo com dados governamentais divulgados, a sede (administrativa e alojamento da tropa) da UPP Fazendinha teve um investimento de R\$ 1,6 milhão e conta com 320 policiais. Disponível (on-line) em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1000278> Segundo fonte do *Jornal do Brasil*, o investimento necessário à construção da sede foi uma iniciativa do empresário Eike Batista. Disponível (on-line) em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/07/09/na-inauguracao-de-upps-do-alemao-cabral-agradece-o-bilionario-eike-batista/>

rico e a chegada da UPP eles viviam tentando minimizar as dificuldades econômicas cotidianas, atualmente, a fim de obter alguma legitimidade na ocupação do espaço, eles buscam potencializar os aspectos considerados positivos da atividade de ambulantes e consideram suas ocupações indispensáveis à existência social. Alguns desses vendedores estabeleceram na localidade relações de amizade de uma vida inteira e contatos diários. Extensos laços familiares permaneceram fortes, em especial nos casos de emergências. Aliás, a maioria dos casamentos ocorreu na vizinhança. A sociabilidade vicinal parece a eles seu vínculo mais humanizado.

O interesse por iniciar as atividades de vendas no entorno da estação está fortemente associado ao local de residência. Precedentemente à instalação da UPP, alguns já desenvolviam essa atividade em outros pontos da favela que passaram pelo processo de urbanização e provocaram os deslocamentos de vendedores de rua. Outros, conforme mencionado anteriormente, viram a estação como oportunidade de ampliar sua clientela⁷. Os ambulantes, que estiveram presentes desde o início do funcionamento do teleférico, nutrem a expectativa de permanecer no local. De modo geral, informam trajetórias de interrupções de trabalho, enfatizando principalmente as redes familiares e de sociabilidade por eles construídas e com as quais podem contar em sua atividade na estação do teleférico. Nesse sentido, há uma valorização dos vínculos históricos entre as atividades comerciais e a sociabilidade como um movimento de autoproteção social (RIBEIRO, 2004).

Uma moradora relatou estar desempregada e não ter o dinheiro necessário para aquisição das mercadorias. Mediante a dificuldade de obtenção de crédito bancário para iniciar o trabalho, conseguiu o empréstimo com um membro da família também morador da localidade. Outra mencionou a ajuda financeira do marido e também a colaboração dele nas atividades nos finais de semana, quando está de folga do emprego como porteiro. Outros relatos referem-se à ajuda de familiares para a aquisição de materiais de construção das barracas, equipamentos e utensílios. Também há casos de compartilhamento do espaço de vendas com produtos diferentes por dois amigos ou membros da família. Uma ambulante construiu sua barraca com o material retirado do terraço de sua casa, adquirida com a indenização recebida por sua residência an-

7 Por exemplo, há o caso de um comerciante que tinha um pequeno ponto de venda de lanches integrado ao seu espaço de residência e que com o início da construção do teleférico iniciou obras de expansão. Atualmente, esse é um dos pontos mais próximos da estação com atendimento diário. Nesse processo, o comerciante obteve registros formais das atividades junto aos órgãos de fiscalização.

terior. Segundo ela, várias casas nas proximidades da estação Palmeiras foram desapropriadas por conta das obras do PAC.

Na construção de suas trajetórias sociais como moradores da localidade, as referências pessoais contam para a “economia da rede proximal”, mesmo em um lugar em que predomina a pobreza. Suas histórias de vida se conjugam com os acontecimentos locais, sendo possível identificar as permanências e transformações com que se confrontam no enfrentamento das situações cotidianas. Por outro lado, é possível também compreender como determinados valores e práticas podem ser traduzidos em ações de obtenção do “lugar para o trabalho” como ambulantes, em um contexto de urbanização seletiva e de controle e regulação institucional dos espaços.

No início do trabalho de campo, observei a frequente permanência de agentes do Exército na área externa à estação do teleférico, assim como os ambulantes colocando seus isopores com bebidas e alimentos à venda nas imediações da entrada do local, atendendo ao fluxo de passageiros e visitantes. Antes disso, alguns tinham suas barracas em uma área que os agentes do projeto do meio de transporte consideraram apropriada para circulação e registros fotográficos do local, geralmente realizados por visitantes e turistas. Na ocasião, eles foram comunicados pelos agentes de segurança da SuperVia, empresa responsável pelo empreendimento, da impossibilidade de permanecerem com as vendas e sobre a programação de uma operação do “choque de ordem da prefeitura” para retirada das barracas. Os ambulantes disseram ter sido fundamental terem contado com a solidariedade dos agentes de segurança portadores da mensagem, também moradores do Complexo do Alemão, pois puderam se precaver da perda de seus produtos.

Os comerciantes passaram então a negociar no entorno da estação, onde há uma praça com espaço de recreação e brinquedos. Uma parte deles instalou barracas de tapume, outros colocaram estruturas de ferro. Alguns se valeram de estratégias como a aquisição de carrinhos, não estabelecendo pontos fixos, o que os levou a driblar a proibição. Como meio de se desvincular da situação de irregularidade, buscaram a Associação de Moradores como um canal de mediação para regularizar as atividades junto à prefeitura. Em uma reunião, ficou “acertado” que não haveria ampliação do número de ambulantes, como forma de controlar a quantidade de barracas e de trabalhadores nos arredores da es-

tação. Por isso, eles consideraram importante o uso de camisetas, isopores e barracas com imagens e referências a suas atividades.

Passaram-se alguns meses e os ambulantes continuaram aguardando a decisão da prefeitura. Para alguns, na ocasião a associação não tinha força política para reverter o quadro, já que a antiga presidente era mais ativa, “corria atrás”. A referência à presidente anterior parece estar associada a sua atuação junto ao PAC. Já o presidente da Associação de Moradores na ocasião desse evento parecia ser “mais devagar” e a cada dia informava aos vendedores sobre a necessidade de “negociação”. Quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro, de 13 a 22 de junho de 2012, a informação chegou aos ambulantes pela Associação de Moradores, que fez a divulgação no complexo, informando que haveria programação em um sábado em determinadas estações do teleférico. Na véspera dos eventos programados para a favela, os ambulantes e a Associação de Moradores se reuniram para definir como se daria a presença dos primeiros no local, pois estavam previstos shows musicais, apresentações de dança e a instalação de quiosques de empresas, como a companhia de energia elétrica, e também de ONGs e artesãos da Baixada Fluminense, todos com seus espaços demarcados por barracas a serem disponibilizadas pela prefeitura. Entretanto, como forma de subsidiar gastos com apresentações e shows, foram cobrados dos ambulantes R\$ 10 por barraca. Segundo os vendedores, a arrecadação do dinheiro foi feita por uma moradora envolvida na organização das atividades.

Passado o evento, as barracas e o palco foram desmontados e os ambulantes continuaram com os problemas cotidianos em relação ao uso do espaço. Mais uma vez, foram advertidos por agentes de segurança da SuperVia para se retirarem, devido às atividades de inauguração da sede da UPP na área contígua à estação Palmeiras. Do ponto de vista dos ambulantes, não havia problemas em permanecer no lugar. Entretanto, na perspectiva dos agentes da empresa, o local seria alvo da mídia e a aparência das barracas (“pobres”, “feias” e “sujas”) não se integrava à paisagem desejada de um espaço ordenado. Segundo os ambulantes, durante a construção da sede da UPP havia um boato de que a polícia,

e não mais a prefeitura, impediria a presença deles no espaço. Fato que, segundo eles, não se confirmou, cabendo mais uma vez aos seguranças transmitirem a falsa informação sobre a retirada das barracas e de mercadorias. Em determinados casos, os ambulantes pernoitaram no local. Segundo alguns relatos, isso ocorreu na véspera da inauguração.

No dia da solenidade de inauguração da UPP da Fazendinha, os ambulantes, com receio de sofrer represálias e expulsão pela polícia, não compareceram ao local de vendas das suas mercadorias, retornando apenas no dia seguinte. No cerne da questão havia o receio e a desconfiança do que poderia acontecer, pois eles temiam vivenciar ações violentas, a considerar as experiências conhecidas em termos das abordagens e incursões da polícia na favela, frequentemente percebidas pelos moradores como atos arbitrários.

Ao retomar as atividades, eles adotaram outro procedimento. Buscaram colocar as barracas na parte inclinada do morro, atrás das grades de delimitação do espaço externo à estação Palmeiras. Esse esforço ocorreu por entenderem que essa área não está sob a gestão da SuperVia e tampouco pertence à prefeitura, pois foi “comprada pelo PAC”. Alguns demarcaram o espaço com cercas de tapumes e outros colocaram faixas com informação sobre os produtos vendidos. As dificuldades em negociar a permanência no espaço, em ter acesso às informações sobre como proceder ou a quem recorrer e o desgaste ao longo desses processos trouxeram muitos transtornos à vida desses moradores, tanto em termos de prejuízos materiais, com a interrupção das atividades, quanto de planejamento de seus desdobramentos.

As regras e ordenamentos para o lugar restringem as ações dos ambulantes e servem como justificativas legitimadoras de interesses específicos da SuperVia e da UPP. Alguns deles relataram que agentes da empresa mediarão a área de recreação e informaram sobre a possibilidade de instalação de brinquedos equivalentes aos de parques com acesso pago. Tal fato gerou um sentimento de indignação nos ambulantes. Segundo a ordenação apresentada pelos agentes da SuperVia e da UPP e pela Associação de Moradores, a área usada pelos vendedores é pública e está sob responsabilidade da prefeitura, cabendo à Secretaria Municipal de Habitação a regulação do uso. Para os ambulantes e a Associação, há dificuldade para acessar os canais governamentais necessários à resolução do impasse. Se da

parte dos comerciantes informais busca-se articulação nas reuniões da entidade de representação comunitária, esta tenta uma proximidade com os órgãos públicos visando à regularização da situação dos vendedores. Inclusive com mediações de um vereador morador da favela que tentaria agendar uma reunião com órgãos governamentais e membros da Associação. Apesar dos esforços, havia resistência por parte dos entes do governo. A Associação de Moradores chegou a realizar um cadastro das barracas e dos profissionais para apresentar na reunião.

Nesse contexto, os ambulantes permanecem irregulares no uso do espaço e tentam se adequar às imprevisibilidades e esforços de adequação. Uma moradora relatou ter conseguido autorização do comandante da UPP para instalar uma cama elástica de brinquedo ao lado da sede. Segundo ela, a autorização decorreu de sua necessidade de obtenção de renda com a atividade e por estar na área de gestão da unidade. Nesse caso em particular, há o reconhecimento da autoridade policial e a legitimidade do agente “comandante” em permitir o uso do espaço para tal atividade. Isso remete à “função compensatória do Estado, portanto é vista como uma literal compensação da desigualdade na administração dos conflitos em público e não uma promoção da igualdade para que as partes administrem seus conflitos em público” (KANT DE LIMA, 2004, p. 51). Diferentemente das ações dos demais ambulantes, nesse caso foi pedida diretamente a autorização da polícia, baseada em uma lógica de subordinação-comando, e não em uma lógica de demanda formal de justiça. É notório que nesses lugares o Estado é omissivo em termos de regulação do espaço e a autorização concedida remete ao poder dele “sobre um indivíduo que, sendo um vendedor ambulante, vê ampliada a relação assimétrica a que está submetido por definição” (PIRES, 2010, p. 326). Assim, o uso do lugar por uma ambulante, ainda que eventualmente “autorizada, não concede garantias de um direito pleno de estabelecimento naquele local” (BORGES, 2014, p. 21).

Do ponto de vista dos demais ambulantes, é necessário o reconhecimento de suas necessidades, pois eles entendem que a UPP estabelece suas ações e constrói uma unidade no local em nome da ordem ou de uma lei que seleciona uns e discrimina outros. Esses moradores demandam que o Estado reconheça o exercício de suas atividades, considerando que já se encontravam no lugar quando a UPP chegou.

Falar em sentido de justiça é tratar de conjuntos muito distintos de instituições e agências como a própria ação de polícias na localidade. Parece existir uma lógica oficial diferente do ponto de vista dos moradores, que desenvolvem sua percepção com base nas experiências cotidianas, inclusive aquelas com a polícia e as instituições do Estado. Na falta de um árbitro para determinados conflitos locais, procura-se a polícia. A sede da UPP é um equipamento que, segundo os moradores, já foi buscado na tentativa de respaldar legalmente a resolução de conflitos envolvendo ambulantes e outros moradores.

Um caso desse tipo de conflito ocorreu no segundo semestre de 2012, quando os ambulantes já tinham instalado as barracas e um deles deixou no local o isopor de uso diário contendo refrigerantes e outras bebidas. Segundo os relatos de moradores e de agente da UPP, alguns refrigerantes foram retirados durante a noite e consumidos no local por adolescentes, que ainda levaram garrafas para casa. No momento da ação, um jovem, filho de uma ambulante, passou pelo local e comunicou o fato à mãe, e ela imediatamente acionou a proprietária da barraca alvo dos adolescentes. A vendedora constatou o “roubo” das bebidas e, juntamente com a colega e outros ambulantes, foi até a sede da UPP, onde relataram o ocorrido. Entretanto, os policiais afirmaram que “não tinham nada a fazer”. Segundo o agente entrevistado, os moradores solicitaram o registro policial, o que não foi possível porque o mesmo não foi efetivado no local. Após a insistência dos moradores, buscou-se uma tentativa de resolução do conflito. Os adolescentes foram identificados a partir da narrativa do jovem testemunha, e os ambulantes e os policiais se dirigiram a suas residências. O grupo comunicou o ocorrido aos pais e responsáveis pelos adolescentes. Segundo uma moradora, a situação foi muito difícil, pois uma das mães estava em período de resguardo e ficou muito nervosa. Ela devolveu os refrigerantes que estavam em sua casa e pagou o que havia sido consumido pelo filho, que não se encontrava no momento. Já um outro pai, cujo filho estava em casa, encontrava-se desempregado, mas se responsabilizou pelo pagamento de alguns refrigerantes, o que ocorreu nas semanas seguintes. Em toda essa situação, ainda que se tenha mobilizado os policiais, a resolução do conflito se deu por meio da “justiça local” e não

da oficial, a do Estado. Não houve procedimentos legais, o terceiro imparcial responsável pela justiça. Ou seja, ainda que os policiais estivessem presentes, o que prevaleceu foi o “acordo informal”. De certo modo, não se conseguiu romper com a forma como os problemas locais eram resolvidos, distante da referência do direito.

No caso mencionado, a resistência inicial da polícia reforçou a visão de que seus agentes atuam de maneira arbitrária e são ineficazes em resolver os problemas enfrentados pelos ambulantes. Há, por exemplo, o questionamento sobre o uso de câmeras para monitorar o espaço no entorno do teleférico. Para os vendedores, se esses dispositivos não são capazes de coibir esse tipo de ação, ao menos deveriam auxiliar na efetivação de um registro e em outros procedimentos. Segundo um agente da UPP, as filmagens são captadas e concentradas por uma central externa à favela. Para os moradores, o sistema de controle possibilita inclusive a ausência dos policiais em alguns momentos. Nos “dias quentes”, é frequente os policiais permanecerem no interior da sede da UPP, supostamente ausentes de suas funções de policiamento externo. É nesse contexto dos dilemas enfrentados pelos moradores e pela instituição policial que as práticas desenvolvidas, seus significados e usos devem ser entendidos. Da mesma forma, seria apressado identificar os possíveis avanços levados para a localidade pela UPP e pelos procedimentos próprios de resolução de conflitos⁸. De todo modo, cabe destacar a centralidade que a UPP passa a ocupar no espaço da área externa à estação para os moradores, muito mais no sentido de segurança dos visitantes do que deles próprios. Na situação de entrevista, o agente da UPP, mediante a análise do caso, mencionou de imediato a questão da universalidade e da particularidade em relação à imparcialidade. Contudo, é importante reconhecer que essas reivindicações são parte de um conjunto de ações dos membros da associação de moradores e de agentes de ONGs, apresentados por si próprios como empenhados em “ajudar” os ambulantes. O pressuposto orientador da ação dessas organizações é que a garantia de permanência deles só ocorrerá na medida em que forem incluídos como agentes do atual processo de empreendedorismo presente na localidade, contemplando a particularidade das formas de atividade econômica voltada para o segmento em questão. Nesse sentido,

8 Segundo o agente da UPP, alguns moradores procuram a sede a fim de conhecer os procedimentos no caso de roubos a residências – que passaram a ocorrer – e também de comunicá-los.

os vendedores ambulantes são desqualificados socialmente, pois se situam à margem das ações de “empreendedorismo da favela” características de muitas ações em curso no Complexo do Alemão, como: formação escolar, cursos de profissionalização e qualificação, atividades de emprego e renda em parceria com órgãos governamentais e a iniciativa privada, como também a proliferação de programas para os jovens por

meio de música, lutas, cursos técnicos, cursos de idiomas, etc. Com estas ações, pretende-se ocupar as crianças e os jovens de forma a afastá-los da atração exercida pelo poder do tráfico e formar uma nova geração com valores que deem sustentabilidade à pacificação (FLEURY, 2012, p.216).

O dilema da política de segurança e dos agentes nela envolvidos, no caso apresentado, é combinar o acesso às ações programadas com interesses e iniciativas já estabelecidos na localidade, em uma perspectiva de integrar determinados segmentos da população da favela, considerando os direitos de cidadania e rompendo estereótipos e acusações infundadas. Diferentemente da análise de Queiroz e Lago (2001) sobre a divisão favela-bairro no Rio de Janeiro e a interpretação socioespacial de suas diferenças, na qual os autores destacam que esta representa não apenas as desigualdades materiais e de acesso a bens públicos, mas também a separação e/ou inferioridade simbolicamente a eles atribuída, no caso dos ambulantes do Complexo do Alemão essa diferenciação se reforça nos espaços da própria favela, sendo legitimada na seleção dos “mais capazes”. Estes seriam os beneficiados nas intervenções sociais.

Os ambulantes a cada dia movimentam-se para permanecer no lugar e ser reconhecidos como “trabalhadores” (ZALUAR, 1985), em detrimento de uma representação como “bandidos” (MISSE, 2010). Atualmente, se estabeleceu uma fronteira entre o espaço público formalizado e o outro espaço, não reconhecido ou ainda não formalizado, mesmo com as intervenções do PAC e da UPP.

Conforme análise de Fleury (2012, p. 195), “a instalação permanente de uma unidade policial foi considerada como condição imprescindível para a integração desses territórios à cidade formal, por meio da expansão da cidadania aos seus cidadãos”. Contudo, a autora destaca que a intervenção social – operaciona-

lizada sobretudo pelo programa UPP Social, do governo do estado e da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – ocorre de forma desigual no que tange à administração dos recursos: “Enquanto a UPP tem um mandato claro em relação à ocupação policial para enfrentar problemas de segurança, com recursos colocados a sua disposição pelo poder público e empresariado, a UPP Social revela flagrante debilidade institucional” (Idem, 2012, p. 200). Ademais, a ligação entre a UPP Social e a unidade policial apresenta estreitas relações com segmentos do empresariado, delimitando “um modelo novo de definição do social que se afasta das políticas e instituições tradicionalmente responsáveis pela garantia dos direitos sociais da cidadania” (Ibidem).

No Complexo do Alemão, as ações da UPP Social, planejada para ser um canal de diálogo entre vários atores internos e externos à favela⁹, foram previstas em articulação com outros programas governamentais decorrentes do PAC¹⁰. No caso da UPP Palmeiras, desde outubro de 2012 há atividades desenvolvidas por policiais e voltadas para 48 crianças e adolescentes que participam de formação musical, reforço escolar e lutas marciais. Para janeiro de 2013 estavam previstas atividades de fisioterapia para a população da localidade.

A questão em foco é que o Estado e o mercado estão na favela impondo seus padrões e dinâmicas, operando mudanças em diferentes situações. Isso pode significar que segmentos da população estejam às margens desse processo e das práticas referidas a determinados circuitos, fluxos e mediações do jogo de poder e relações de força. Esses moradores do Complexo do Alemão se veem enredados nos esforços incertos em busca do reconhecimento institucional de suas atividades como ambulantes e à margem de uma política de direito à cidade (LEFEBVRE, 1991).

Considerações finais

Os relatos dos ambulantes do Complexo do Alemão são imbuídos de um senso de justiça do direito ao espaço para atuarem na favela, pois, como moradores, já exerciam suas atividades muito antes da chegada da UPP e dos empreendimentos econômicos. Neste caso particular, a intenção das políticas públicas que pretendem melhorias das condições

9 Entre as ações da UPP Social encontra-se o Fórum. Por meio dele visa-se à criação de canais de escuta e interlocução social (fóruns, ouvidorias) e apoio a organizações e ações cidadãs desenvolvidas na localidade (HENRIQUES e RAMOS, 2012). No Complexo do Alemão ocorreu apenas um fórum, em 1º de junho de 2012, e de acordo com os ambulantes não houve ampla divulgação da atividade entre eles. Segundo informações governamentais, o fórum ocorreu em uma praça com a participação de mais de 200 pessoas, dois dias depois de ter sido instalada a quarta UPP no local. O evento visou oficializar a atuação do programa nas comunidades pacificadas. Disponível (on-line) em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=864037>

10 Mesmo antes da implantação da UPP, o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos Ricardo Henriques sinalizava para a UPP Social. Ele afirmou em entrevista: “A UPP Social é uma política de regularização da oferta de serviços básicos, como luz e gás, regularização do serviço de coleta de lixo, mas tem intervenções fortes que a gente está coordenando, pensando estrategicamente, para área de saúde, de educação e emprego”. Disponível (on-line) em: <http://www.uppsocial.org/2010/11/upp-social-vai-abracar-o-complexo-do-alemao/>

de vida dos favelados é estimular a “modernização”, entendida como racionalização mercantil, o que implica a introdução de regulações jurídico-institucionais que impedem ou dificultam a reprodução da “economia informal”, mais intensiva no uso da força de trabalho e, portanto, menos produtiva, porém também com exigências muito mais baixas de acumulação prévia. Diferentemente do que se preconiza com a UPP Social, o braço direito do Estado se estende aos moradores penalizando os mais despossuídos de capital, como é inapelável no modo de produção capitalista. Nesses termos, pode-se afirmar que a regulação oficial do espaço atende prioritariamente aos interesses governamentais que desconsiderem a possibilidade de os ambulantes exercerem suas atividades. Nesse local de segregação, a polícia é percebida como uma força ambígua, pois ao mesmo tempo que serve para inibir o poder do tráfico e os tiroteios na favela, também apresenta um caráter arbitrário e imprevisível em suas condutas (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008). Ao retirar desses sujeitos a possibilidade de gerar alguma renda pelo próprio trabalho como ambulantes, o governo demonstra a intenção de enfrentar a pobreza nesses lugares com repressão policial, instabilidade das ações da UPP e poucas medidas assistenciais.

Referências

- AGÊNCIA 21/INSTITUTO DIALOG. (2010), Relatório do Plano de Desenvolvimento Sustentável (DS): Caderno de resultados. Rio de Janeiro, Agência 21/Instituto Dialog.
- CECCHETTO, Fatima; CORRÊA, Juliana; FARIAS, Patrícia [e] MESQUITA, Wania. (2012), “Os jovens e a ‘pacificação’ dos territórios: Representações de jovens moradores de favelas sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) na cidade do Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado no 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Águas de Lindóia (SP). Disponível (on-line) em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8236&Itemid=217
- FLEURY, Sônia. (2012), “Militarização do social como estratégia de integração: O caso da UPP do Santa Marta”. *Sociologias*, Vol. 14, nº 30, pp. 194-222.
- GOFFMAN, Erving. (1967), *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. Nova York, Pantheon.
- _____. (1974), *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Nova York, Harper & Row.
- _____. (2010), *Comportamentos em lugares públicos*. Petrópolis, Vozes.
- GONÇALVES, Rafael Soares. (2006), “A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: Um breve olhar histórico”. *Urbana: Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Vol. 1, nº 1. Disponível (on-line) em: www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo2.pdf
- HENRIQUES, Ricardo [e] RAMOS, Silvia. (2012), “UPP Social: Ações sociais para a consolidação da pacificação”. Trabalho apresentado no Seminário de Pesquisa de 2011 do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível (on-line) em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>

- KANT DE LIMA, Roberto. (2004), “Direitos civis e direitos humanos: Uma tradição judiciária pré-republicana?”. São Paulo em Perspectiva, Vol. 18, nº 1, pp. 49-59.
- LEFEBVRE, Henri. (1991), O direito à cidade. São Paulo, Moraes.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio [e] LEITE, Márcia Pereira. (2008), “Violência, crime e polícia: O que os favelados dizem quando falam desses temas?”. Em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 47-76.
- MISSE, Michel. (2010), “Crime, sujeito e sujeição criminal: Notas para uma análise da categoria ‘bandido’”. Lua Nova, nº 79, pp. 15-38.
- PIRES, Lenin. (2010), Arreglar não é pedir arrego: Uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Tese (doutorado), ICHF, UFF.
- QUEIROZ, Luis Cesar de [e] LAGO, Luciana. (2001), “A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro”. São Paulo em Perspectiva, Vol. 15, nº 1, pp.144-154.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. (2004), “Oriente negado: Cultura, mercado e lugar”. Cadernos PPG-AU/UFBA, Vol. 3, pp. 97-107.
- SILVA, Gabriel Borges da. (2014), As precariedades e os direitos que delas advém: Um estudo sobre o Mercado da Uruguaiana. Dissertação (mestrado), PPGDC, UFF.
- VALLADARES, Lícia do Prado. (2000), “A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15, nº 44, pp. 5-34.
- _____. (2005), A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- ZALUAR, Alba. (1985), A máquina e a revolta. São Paulo, Brasiliense.

RESUMEN: El objetivo del artículo **Cuando el trabajo es el trastorno: Las demandas de los vendedores ambulantes con la llegada de la UPP en el Complejo do Alemão** es identificar y analizar las prácticas de los vendedores ambulantes en el Complejo do Alemão, en la Zona Norte de Río de Janeiro, después de la implementación de la Unidad de Policía Pacificadora (La primera UPP en las favelas fue inaugurada en abril de 2012). Basado en la experiencia etnográfica, son privilegiadas algunas prácticas de uso y regulación del espacio en una de las estaciones del teleférico. Durante el análisis, se da especial atención a las luchas por reconocimiento y por permanencia de los vendedores ambulantes, que, por lo general no se encajan en el perfil de “empresario de favela”.

Palabras clave: vendedores ambulantes, favela, policía, UPP, ciudadanía

WANIA AMÉLIA BELCHIOR MESQUITA (wamesquita@yahoo.com.br) é professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf, Campos dos Goytacazes, Brasil) e pesquisadora do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (Cevis), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É doutora e mestre em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, Brasil) e graduada (bacharelado e licenciatura) em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil).